

INDICADORES DA UNESCO PARA MÍDIA (GSIM): entre as políticas de gênero e as políticas de comunicação

Lenina Vernucci da Silva (*)
Mestranda em Ciências Sociais pela UNESP. E-mail: leninavernucci@hotmail.com.

Ruth de Freitas (**)
Doutoranda/ Univ. de Málaga/Espanha. E-mail: ruthdefrutos@uma.es

Resumo

Neste artigo pretende-se debater os *Indicadores de Gênero para a Mídia (GSIM)* publicado pela UNESCO em 2012, por meio de um pluralismo metodológico acumulativo que busca analisar criticamente os indicadores junto com o uso da categoria gênero e as questões de poder em relação à mulher.

Palavras-chave: Indicadores. Políticas de Gênero. Políticas de Comunicação. UNESCO.

Abstract

This article aims to study the indicators of gender as represented within UNESCO's 2012 media publications —while utilizing a synthesis of methodological pluralism— in order to critically analyze these indicators and the use of gender as a category of study in itself, within both media structures and their contents.

Keywords: Indicators. Genre Policies. Public Communications Policies. UNESCO.

Introdução

O presente artigo tem como propósito avaliar a importância dos Indicadores Midiáticos-Culturais de gênero da UNESCO na atualidade, de uma perspectiva que trabalhe por meio da pluralidade metodológica cumulativa com os estudos de gênero. Abordar a questão dos indicadores requer entender o que exatamente é um indicador e o que são os estudos de gênero e quais as perspectivas usadas nos indicadores, e se os indicadores dão conta da complexidade da realidade de diferentes culturas. Estas são as questões que pretendemos debater sobre a temática.

Para o sociólogo Paul Tolila (2010), os indicadores são instrumentos com vista à celebração de ações positivas que aumentam a realidade, abrindo a possibilidade de um diálogo sobre as estratégias a serem utilizadas (TOLILA, 2010, p. 4). A proliferação de

iniciativas de construção de indicadores pelas organizações internacionais como as Nações Unidas ou da UNESCO, vários governos ou ONGs, levanta a necessidade de compreender a natureza diferente do corpus de indicadores. Assim, o significado de um indicador contextual não é apenas o conteúdo de instrumento de medição, mas depende da posição de quem interpreta. Tolila (2010) refere-se à necessidade de superar problemas técnicos e focar o objetivo dessas ferramentas de medição para finalmente fazer uma ação positiva ou assertiva sobre a realidade do ambiente de mídia com um foco claro de melhoria.

Assim, essa investigação conjunta possibilita detectar as controvérsias dos últimos *Indicadores de Gênero para Meios de Comunicação (GSIM)* criados pela UNESCO em 2012. Os indicadores da UNESCO possuem a estrutura dividida em duas grandes categorias, sendo a *categoria A: Actions to foster Gender Equality within Media Organizations* (UNESCO, 2012, p. 21) e a *categoria B, Gender Portrayal In Media Content* (p. 39). Cada categoria é dividida em subseções que visam responder a uma problemática específica¹. Mas se os indicadores são instrumentos efetivamente eficazes, então deve-se colocá-los (como todas as ferramentas humanas, a mais material para o mais intelectual), em um contexto eminentemente relacional incluindo sua história, tipo de processamento de objetivos, a eficácia e os limites (TOLILA, 2010, p. 6)

Na ausência de uma pesquisa prévia sobre o objeto de estudo é necessário aplicar um projeto complexo metodológico, que é capaz de avaliar a natureza dos indicadores de gênero para mídia de uma forma estruturada, de modo que opte pela aplicação de ferramentas de combinação de métodos quantitativos e qualitativos, a filosofia do desenho e orientações metodológicas (CRESWELL, 2012, p. 15-22; CRESWELL e PLANO, 2011). Também se faz uso da metodologia “mertiçacem” da Escola Latino-Americana, chamada de polifonia metodológica, “uso de uma o mais metodologias de pesquisa de forma combinada para alcançar com mais eficiência o objeto de uma pesquisa” (ROCHA PESSOA; CUNHA, 2012, p. 167). O uso de diferentes técnicas de pesquisa têm um caráter plurifuncionalista, superando a dicotomia entre o pensamento básico e o pensamento aplicado.

¹ Para saber mais consulte o documento, disponível em:
<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002178/217831e.pdf>.

Seguindo a tipologia de Callejo e Viedma (2006) e da ideia de Verd e Lopez (2008, p. 13) "para a pluralidade de aparências e leituras que permite que um objeto (no presente trabalho os indicadores de gênero para mídia) é mapeado em um pluralismo técnico consequente" que nós chamaremos, neste projeto de pesquisa multimétodo, pluralidade metodológica cumulativa. A aplicação da presente concepção multimétodo é considerada eficaz apenas quando o resultado final é mais eficiente do que a soma das diferentes etapas metodológicas (quantitativa e qualitativa).

Na primeira fase do estudo será feita a exploração dos dados do documento da UNESCO sobre os Indicadores de Gênero para Meios de Comunicação (GSIM), a fim de obter dados quantitativos e qualitativos das concepções da organização internacional sobre as mídias e os indicadores culturais que têm definido e implementado. Depois de obter os dados da primeira fase, na segunda fase haverá uma aplicação análise crítica com perspectiva de gênero.

O objetivo deste desenho multimétodo alude à necessidade de superar problemas técnicos dos GSIM e foca no objetivo dessas ferramentas de medição para finalmente fazer uma ação positiva ou assertiva sobre a realidade do ambiente de mídia com um foco claro de melhoria.

Os GSIM e os meios de comunicação

Os meios de comunicação se convertem em uma das preocupações centrais de diversas disciplinas e organismos internacionais em um mundo em que a globalização² adentrou na maior parte das relações sociais. Sua composição multidisciplinar a torna objeto de estudo em diversas disciplinas como o Jornalismo, diretamente relacionado com sua existência, mas também nas Ciências Políticas, na Antropologia, na Sociologia, na Linguística, na Filosofia. Cada uma destas disciplinas tenta responder, a sua maneira, dependendo da teoria abordada, as seguintes perguntas: Qual o papel dos meios de comunicação em um cenário de reconstrução democrática? Será que a melhora da dimensão

² Globalização é um fenômeno que tem se constituído como objeto de pesquisa em diferentes perspectivas, visto que, no jogo da globalização entram em cena vários fatores, "*a complex concept crudely reduce in sound-bite cultura to the status of a slogan*", como aponta Christopher Andrew no prólogo da obra *Globalization in World History* (Andrew apud HOPKINS, 2002, p. 1).

do desenvolvimento social e identitário e na crítica da opinião pública contribui para o fortalecimento das instituições cívicas? E as mulheres? Qual o papel delas neste meio? Qual a concepção de gênero incluída nos Indicadores de Gênero para os Meios de Comunicação dos Organismos Internacionais? Será que corresponde a uma perspectiva real de equidade?

Segundo Diaz Nosty (2005) interessa, de modo especial, compreender que os autores mais cétricos têm a sensação de que há uma perda progressiva no pulso do debate democrático, uma redução do espaço público, somado ao desinteresse das ideias, que se convertem em estratégias comerciais dos meios de comunicação, mas também em um espaço acadêmico estéril e complacente. Algumas reflexões são fundamentais e devem ser debatidas abertamente na sociedade, tais como a inserção desigual nos meios de comunicação, a prática profissional dos jornalistas, os valores dos conteúdos e os processos de síntese em que se produzem a recepção, esta no plano das audiências.

Neste debate, a perspectiva de gênero adquire um papel fundamental. As relações patriarcais³ levaram as mulheres a uma situação de desvantagem e subordinação históricas. Faz-se, desta forma, a necessidade de se trabalhar pela eliminação das discriminações, promovendo uma abordagem específica de promoção dos direitos das mulheres. A igualdade de gênero sempre foi prioridade para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), designando uma estratégia para os anos 2008-2013⁴, aumentando o número de publicações internacionais e, conseqüentemente, o aumento da visibilidade dos direitos das mulheres. Esta prioridade se baseia em duas frentes: (i) programas específicos de gênero e (ii) colocar questões de gênero no centro do debate, com ações em todos os campos de competência da UNESCO: educação, ciências, cultura, comunicação e informação.

Com a Celebração do Dia Internacional da Mulher de 2010 foi a primeira vez que se debateu a necessidade de se criar indicadores de gênero para os meios de comunicação, o ponto de inflexão do presente artigo. Estes mecanismos de medição *Gender-Sensitive Indicators for Media*, (GSIM, conforme sigla em inglês) deverão se converter, segundo a

³ O termo patriarcado é definido por Saffioti (2007) como o regime da dominação-exploração das mulheres pelos homens.

⁴ A própria organização tem criado um documento intitulado: “*Plan Prioritario de Igualdad de Género 2008-2013*” que proporciona uma “*hoja de ruta*” para traduzir esta prioridade em ações concretas para resultados em 6 anos, como estratégias a curto prazo.

UNESCO (2012) em ferramentas específicas destinadas a aumentar o acesso e a proteção das mulheres nos meios de comunicação. Conforme consta: “*the GSIM is a non-prescriptive set of indicators*” (UNESCO, 2012, p. 16). Pretende ajudar as organizações de meios de comunicação e os profissionais desta área a aumentar a perspectiva de gênero, entendendo-a como participação equitativa das mulheres nas estruturas midiáticas, mas também: “The aim of the Gender-Sensitive Indicators for Media is to contribute to gender equality and women’s empowerment in and through media of all forms, irrespective of the technology used” (UNESCO, 2012, p.14)

Falando de mulheres e falando de gênero

Os GSIM (UNESCO, 2012) partem do pressuposto da igualdade entre homens e mulheres como fundamental para o desenvolvimento sustentável e a equidade nos direitos humanos. Mas como definir quais relações entre homens e mulheres são de dominação/exploração em cada cultura, ou seja, como respeitar as culturas e os limites destas em relação à violação de direitos?

Para responder essa pergunta deve-se pensar como as diferentes culturas concebem papéis definidos para homens e mulheres e as diferenças entre sexos como justificativa para igualdade ou não de direitos. Essa é uma questão antropológica importante e complexa para evitar uma visão etnocêntrica ou de outro lado, um relativismo cultural, que é igualmente perigoso. Para Nancy Fraser (In: BRUSCHINI e UNBEHAUM, 2002) o reconhecimento é questão de status social “não é a identidade feminina que requer reconhecimento, mas sim a condição das mulheres como parceiras plenas na interação social” (p. 71), neste aspecto, os GSIM são de grande valor, já que consideram que “*sustainable development, human rights and peace can only be realized if women and men enjoy expanded and equal opportunities to live in freedom and dignity*” (UNESCO, 2012, p. 3). Isso implica em equidade entre os sexos, qual seja, o reconhecimento das mulheres enquanto portadoras de direitos.

Outra pergunta importante para a análise dos GSIM consiste em compreender o que a UNESCO entende por gênero. Os estudos de gênero e feministas problematizam as questões econômicas, de violência, trabalho, cultura, saúde, como marcadas pelas relações de poder e dominação entre os sexos (SCAVONE, 2008), neste sentido, gênero é uma

categoria de análise fundamental para o debate democrático. Deve-se, porém, enfatizar que os estudos de gênero não trabalham somente com as problemáticas entre homens e mulheres, mas com todas as relações de poder entre sexos, o que inclui relações fora da matriz heterossexual (BUTLER,2010).

Para a UNESCO gênero é sinônimo de mulher, ou no mínimo sinônimo da relação entre homens e mulheres. Essa afirmação é problemática em termos conceituais⁵. Ao afirmar “Gender-Sensitive Indicators for Media seek to address this intersection of women’s empowerment and media development” (UNESCO, 2012, p. 15), percebe-se a utilização de gênero enquanto sinônimo de mulher. Esta interpretação não é exclusiva da UNESCO. Só para citar alguns exemplos sobre o interesse acadêmico que geram os indicadores de gênero para meios de comunicação, cabe destacar o artigo publicado por Christopher J. Ferguson (2012) sobre a imagem da mulher, a sexualidade e a violência que agrupa parte da informação, ou ainda o estudo do professor da Universidad de Washington, Lindsey Meeks “He Wrote, She Wrote: Journalist Gender, Political Office, and Campaign News” (2013)⁶ publicado em *Journalism and Mass Communication Quarterly* sobre a relação entre o gênero dos jornalistas e a cobertura midiática dos periódicos estadunidenses nas campanhas eleitorais legislativas e executivas. Em ambos os casos gênero trata apenas das questões relativas às mulheres, não tratando do seu caráter relacional, o que incluiria os homens.

Considerando gênero como uma das maneiras de dar sentido às relações de poder (SCOTT, 1990), os estudos sobre a mulher podem ser vistos por meio da perspectiva de gênero, o que consiste em reconstruir a história das mulheres por meio dessas relações de poder, mas isso é apenas uma das funções desta categoria. A categoria gênero também pode ser usada para “sexualizar as histórias humanas” (RAGO, 1998, p. 95), o que implica em assumir uma nova narrativa, inclusive pensando em outras sexualidades. Essa confusão traz um problema muito mais amplo que é o não reconhecimento de determinados grupos de indivíduos fora dessa lógica heterossexual normativa (BUTLER, 2010).

Os GSIM mostram deficiências terminológicas vinculadas à diversidade sexual e, portanto, próprias dos estudos de gênero, como homossexual, transexual, transgênero,

⁵ Esta discussão está presente em muitos textos, mas aqui usaremos a discussão proposta por Rago (1998) e Scott (1990) de que gênero é relacional e de Saffioti (In DESA, 2008).

⁶ Foro Económico Mundial (2013). Global Gap Gender 2012. Consultado el 14 de abril 2013. http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf.

intersexual, etc., como se pode observar na introdução, a concepção do informe se refere puramente a homens e mulheres:

Gender equality and women's empowerment is one of the overarching priorities of UNESCO (...). Equality as used here is meant to ensure that the potential of women/girls and men/boys is fully unleashed and that the value of each person is recognized without prejudice (UNESCO, 2012, p. 9)

É possível concluir que o documento da UNESCO não representa a diversidade sexual, algo presente nos estudos de gênero da atualidade, realizando inclusive uma confusão entre esta categoria e os estudos sobre mulheres, estes sim trabalhando somente a questão da mulher, em uma perspectiva heterossexual. Além de trazer um problema ontológico. Ao que parece o documento trabalha mais a questão da dominação/exploração das mulheres num aspecto patriarcal, que situa as mulheres muito abaixo dos homens (SAFFIOTI, 2007).

A ocidentalização uniformizada: uma característica nos indicadores de gênero para meios de comunicação

Tanto o jornalismo como os meios de comunicação estão enfrentando os múltiplos desafios, em um mundo que se transforma constantemente e onde meios novos e tradicionais se convergem com consequências imprevisíveis. Neste sentido, “integrar la rendición de cuentas por los medios a la lucha de género e igualdad de género debe ser un impulso para afrontar los nuevos paradigmas sociales”. (GMMP, 2010, p. v; DÍAZ NOSTY, 2011, p. 82)

A democracia é insustentável sem a adesão aos princípios da não discriminação, incluindo a proteção das pessoas por seu pertencimento a minorias sexuais, nacionais ou étnicas, religiosas ou linguísticas, ou ainda o não reconhecimento dos povos originários. Deve ter um esforço constante para a eliminação da extrema pobreza, o subdesenvolvimento, a marginalização, a desigualdade econômica e a exclusão social (MARTÍNEZ PASAMAR, 2005)

A aproximação dos meios de comunicação passa, necessariamente, pela análise do acesso à informações alternativas e diferenciadas⁷ em sociedades igualmente diversas entre si, o que caracteriza o uso de diversas metodologias para seu estudo (DÍAZ NOSTY, 2005; 2006; 2011; MATTELART, 2004, 2012; VIDAL-BENEYTO, 2006). Da mesma forma, cria-se uma necessidade de observar, por meio de uma perspectiva de gênero, as intenções dos Indicadores Midiáticos Culturais criados pelas principais organizações internacionais. Cada estudioso usa uma definição particular sobre o significado de indicador midiático-cultural. Para a UNESCO, os indicadores midiáticos-culturais são substituídos pelos indicadores de desenvolvimento midiático “herramientas diagnósticas antes que mandamientos conceptualizados con el propósito de ayudar con los programas de desarrollo mediático antes que imponer alguna condicionalidad” (UNESCO, 2008, p. 5).

O acesso à informação por meio dos meios de comunicação é influenciado por diversos fenômenos, entre os quais se destaca aquilo que pode ser denominado “*ocidentalização uniformizada*” termo cunhado pelo professor José Vidal-Beneyto em seu livro *Derechos Humanos y diversidad cultural. Globalización de las culturas y de los derechos Humanos*, para falar da perspectiva ocidental aplicada a distintos fenômenos culturais, políticos e econômicos que posteriormente é exportada e copiada pelos países ditos em desenvolvimento. Em seu artigo “Globalización, cultura audiovisual y lenguas internacionales” afirma:

lo cierto es que Estados Unidos ha funcionado desde el siglo XX, el también llamado “siglo americano”, como difusor de la cultura de consumo, que acaba implicando el consumo de la cultura estadounidense, favorecido por el auge de la lengua inglesa y el cine anglófono, preferentemente americano, pero de manera especial a través de la hegemonía televisiva estadounidense. (MARTÍNEZ PASAMAR, 2005, p. 38)

Essa é uma questão recorrente na globalização, pois envolve um processo de padronização cultural em que os modelos dos países mais poderosos são ou impostos, ou copiados e reproduzidos. Este é um dos principais problemas dos indicadores culturais, que se reproduzem nos GISM. Utilizados atualmente, a perspectiva ocidental (ocidental norte) que se observa não somente a aplicação dos indicadores, mas seu próprio enunciado, a

⁷ “La libertad de prensa es la llave de acceso y mantenimiento de esos derechos tan poco respetados, que podrían resumirse en los de todo pueblo e individuo a la libertad en igualdad fraternal y solidaria” (Castelló, 2001, on line)

homogeneização das diferenças e das culturas que são produzidas pelo processo de globalização nos últimos 25 anos.

Ainda que exista uma preocupação da comunidade internacional pelos estudos comparados, é interessante apontar alguns dos principais expoentes nos foros de debate para entender a perspectiva claramente vinculada aos países ricos. Em 1970, o Conselho da Europa expressou sua preocupação pelas estatísticas culturais, o que deu lugar a reuniões sucessivas em Yerres (1970) e Stockholm (1972). A “*pretensión universalizadora*”, expressão utilizada por Vidal-Beneyto para desqualificar a intenção uniformizadora das diferenças culturais que chegam a ser uma ameaça a cultura e, por ela, dos indicadores midiáticos-culturais, “*cuando no una agresión de las identidades colectivas*” (2006, p. 17).

Este fenômeno pode ser visto na classificação dos indicadores e seu métodos de mediação, sobretudo nas categorias dos GSIM A.1, *Gender balance at decision-making level* e A.2, *Gender equality in work and working conditions*, (UNESCO, 2012, p. 22-23) visto que a maioria das medidas de empoderamento das mulheres se baseiam em valores gerados a partir de modelos de comunicação comercial (mídia impressa, rádio ou televisão). Diante deste discurso, derivado de uma interpretação capitalista dos meios de comunicação, a alternativa seria a possibilidade de quantificar a presença de mulheres em meios de comunicação comunitários ou populares, embora haja um limite de se perceber a presença feminina, visto que a maior parte desses meios têm gestão compartilhada (DE FRUTOS, 2013).

Do mesmo modo, a categoria B *Gender portrayal in media content*, em seu ponto B1.2, denominado, *Fair portrayal of women and men through elimination of stereotypes and promotion of multi-dimensional representation/portrayal* (UNESCO, 2012, p. 42) reflete a preocupação pela multidimensionalidade entendida como a capacidade de observar a diversidade entre homens e mulheres, mas entende a mulher como um sujeito universal. Quer dizer, a representação da mulher branca e loira em televisões de países onde a maior parte da população corresponde a outros traços étnicos, o que pode significar uma discriminação de uma parte da população feminina. Isso sem contar o padrão de beleza magérrimo, que é um agravante ao definir um padrão para todas as mulheres, independente

de sua realidade local. Um exemplo é a propaganda de lançamento internacional de Guaraná Antártica “Guaraná the secret of Brazil’s Soccer”⁸.

Gênero, raça/etnia e classe social: o nó górdio da democracia

É possível falar em igualdade para as mulheres num contexto de corrupção, violência e, principalmente, num contexto de economia de mercado? Quer dizer, é possível falar em igualdade de gênero sem mencionar questões de raça/etnia e classe social?

Uma das grandes contribuições da teoria feminista consistiu em questionar a categoria indivíduo explicitada primeiramente na Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) ao mostrar que este sujeito contém sexo, classe e raça/etnia e, portanto, sua universalização era ilusória. Além disso,

las feministas evidencian y denuncian las debilidades que tiene la promesa de igualdad política. No existe igualdad para todas y todos, y más, en un escenario donde lo económico impera se reconoce la erosión de las instituciones democráticas ocasionadas por el neoliberalismo, la economía de mercado y la corrupción de sus mandatários (OLAYA, 2010, p. 62).

Não é suficiente, portanto resolver os problemas de gênero se a sociedade mantiver as demais relações de poder e exploração. Saffioti (In DESA, 2008), diferentemente de outras feministas que vão ao extremo da desconstrução do sujeito unitário⁹, busca articular gênero com classe e raça/etnia, visto que para ela o ser humano é uma unidade bio-psico-social, portanto, qualquer política que separe dominação de exploração cai em um problema que não se resolve¹⁰.

Quando se traz um indicador específico para gênero, como é o caso dos GSIM, a totalidade das relações de dominação-exploração que há nas sociedades não é trabalhada e o foco acaba ficando individual e não social. A transformação tem que ser na categoria

⁸ Disponible em: < <http://www.youtube.com/watch?v=LzNojQrLyP8&feature=related> >. Consultado por última vez el 11 de nov. 2012.

⁹ Entre estas feministas, Chantal Mouffe (1999), Joan Scott (1990) e Judith Butler (2010) fazem uso da psicanálise e de outras ciências humanas para trabalhar o sujeito como plural, heterogêneo e contingente.

¹⁰ É o que a autora denomina nó, formado por estas três subestruturas e difícil de lidar, “já que é presidida por uma lógica contraditória, distinta das que regem cada contradição em separado” (Saffioti apud DESA, 2008, p. 108).

social representado pelas mulheres e não na ideia de mulher (individual), articulado com outras políticas sociais e a superação de todas as formas de exploração-dominação (SAFFIOTI, In DESA, 2008).

Segundo os indicadores “Its [GSIM] main focus is on the equality and gender dimensions of social diversity in media” (UNESCO, 2012, p. 15), percebe-se a questão da classe, mas não se percebe a questão raça/etnia. A África fundamenta a segunda prioridade de UNESCO, mas se considera uma linha de ação independente, o que para Saffioti (in DESA, 2008) é problemático, já que esta autora considera um nexos de união indissociável entre gênero, raça/etnia e classe social. No caso do Brasil, por exemplo, é fundamental esta articulação, pensando que é uma nação multirracial e a população negra representa 51% do total¹¹, sendo o país com o maior número de negros fora da África. Isso sem contar a questão indígena, que não é forte só no Brasil, mas em todos os países latino-americanos.

A guisa de Conclusão

Por meio de uma pluralidade metodológica acumulativa da exploração dos Indicadores de Gênero para os Meios de comunicação publicados pelo UNESCO, em 2012, junto com o uso da categoria gênero, este artigo se propôs a fazer a crítica às ferramentas de mediação midiática cultural, apontando seus méritos e limites de ação.

A discussão realizada, para além de ser um esforço interdisciplinar de análise do presente objeto, argumenta as principais controvérsias encontradas no informe da organização internacional e explicadas por meio de exemplos dos diferentes indicadores GSIM. A partir da leitura crítica do documento, se explora a ocidentalização uniformizada do mesmo, que representa modelos claramente ligados a uma esfera geopolítica determinada, onde se parte de uma mulher como modelo definidor. Situação evidente principalmente nos meios de comunicação de uso comercial, onde os estereótipos são frequentemente utilizados e os modelos não representam a maior parte da população de um determinado local.

¹¹Dados extraídos da Secretaria de Assuntos Estratégicos. Disponível em: <http://www.sae.gov.br/site/?p=11130>.

A característica dos estereótipos de homens e mulheres presentes nos GSIM também está na segunda controvérsia observada, que é a confusão terminológica entre gênero e mulher, que são trabalhadas como sinônimos em várias ocasiões ao longo do documento, desconsiderando outras diversidades sexuais fora da relação heterossexual.

Outra controvérsia observada nos indicadores tem a ver com ausência da articulação entre gênero, raça/etnia e classe social. Isso leva à uma universalização das mulheres nos meios de comunicação, retomando uma ideia muito combatida dentro do feminismo que a do sujeito iluminista universal. Embora os GSIM utilizam no plural – mulheres – não fica claro essas três intersecções indissociáveis.

O documento *Gender-Sensitive Indicators for Media*, publicado pela UNESCO em agosto de 2012, demonstra preocupações contemporâneas importantes, mas apontar essas limitações implica em reconhecer que há, ainda, um olhar universal para questões culturais.

Referências

ANDREWS, C. In HOPKINS, A. *Globalization in World History*. London: The Random House, 2002, 288 p.

BRASIL. *Secretaria de Estudos Estratégicos*. Dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Brasília, 2012.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, 238 p.

CALLEJO, J. Y VIEDMA, A. *Proyectos y estrategias de Investigación Social: la perspectiva de la intervención*. Madrid, McGraw Hill, 2006, 256 p.

CRESWELL, J. W. *Qualitative Inquiry and Research Design: Choosing Among Five Approaches*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2012, 472 p.

CRESWELL, J. W. y PLANO CLARK, V. L. *Designing and conducting mixed methods research*. Thousand Oaks, CA: Sage, 2011, 422 p.

_____. Mapping the developing landscape of mixed methods research. In: Tashakkori, A. y Teddlie, T. (Ed.). *SAGE handbook of mixed methods in social & behavioral research*. Thousand Oaks CA: Sage, p. 45–68, 2011.

DÍAZ NOSTY, B. *El libro negro del periodismo em España*. Madrid: Asociación de la Prensa de Madrid y Cátedra UNESCO de Comunicación, 2011, 108 p.

DÍAZ NOSTY, B. (2006). Repensar la comunicación. La huella es el mensaje. *Tendencias*. [<http://www.infoamerica.org/TENDENCIAS/tendencias/tendencias06/pdfs/02.pdf/>]. Acesso em: 18 set. 2012.

DÍAZ NOSTY, B. *El déficit mediático*. Donde España no converge con Europa. Barcelona: Editorial Bosch, 2005, 304 p.

FERGUSON, C. *Positive Female Role-Models Eliminate Negative Effects of Sexually Violent Media*. *Journal of Communication*, 62 (5), p. 888-899, 2012.

FORO ECONÓMICO MUNDIAL (2013). *Global Gap Gender 2012*. [http://www3.weforum.org/docs/WEF_GenderGap_Report_2012.pdf/]. Acesso em: 14 abr. 2013.

FRASER Nancy. Políticas Feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero, In: BRUSCHINI e UNBEHAUM (Org.). *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. 34, p. 59-78, 2002.

FRUTOS, R. de. (2013). Indicadores Unesco de género para medios de comunicación / UNESCO Gender-Sensitive Indicators for Media. *Revista Mediterránea de Comunicación*. v.4, n.1, (193-219). [<http://mediterranea-comunicacion.org/index.php?journal=Mediterranea&page=article&op=view&path%5B%5D=45&path%5B%5D=143/>]. Acesso em: 18 out. 2012.

GMMP. *Proyecto de Monitoreo Global de Medios*, (2010). [http://www.whomakesthenews.org/images/stories/website/gmmp_reports/2010/global/gmmp_global_report_es.pdf/] >. Acesso em: 17 out. 2013.

MARTÍNEZ PASAMAR, C. (2005). Globalización, cultura audiovisual y lenguas internacionales. In: *Comunicación y Sociedad*. v. 18, n.1, (31-60). [http://www.unav.es/fcom/comunicacionsociedad/es/articulo.php?art_id=64/]. Acesso em: 18 out. 2012.

MATTELART, A. (2012). Por una arqueología de la sociedad de la información. In BOLAÑO, C. (Org.) *Comunicación y la crítica de la economía política*. Perspectivas teóricas y epistemológicas (p. 59-83). Quito: Encuentros, Ediciones CIESPAL.

_____ ; NEVEU, E. *Introducción a los estudios culturales*. Barcelona: Paidós, 2004, 176 p.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, cidadania e política democrática radical. _____. *Debate Feminista*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, p. 29-47, 1999. Edição Especial. (Cidadania e Feminismo).

OLAYA, E. La promesa de igualdad, en la democracia, sigue siendo un debate para las mujeres. *Rev. Katál*. Florianópolis v. 13 n. 1, p. 59-65 jan./jun. 2010.

RAGO, Margareth. Descobriendo historicamente o gênero. *Cadernos PAGU*, v.11, p.89-98, 1998.

ROCHA PESSOA, CUNHA ALBIERI. *Para entender as teorias da comunicação*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, 206 p.

SAFFIOTI, H.I.B. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007, 151 p.

_____. Gênero: ontogênese e filogênese. DESA, Shelma Lombardi de Kato (Org.). *Manual de Capacitação Multidisciplinar* (Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006 - Lei Maria da Penha) 3. ed. Cuiabá: Departamento Gráfico-TJMT, 2008.

SCAVONE, L. Estudos de Gênero: uma sociologia feminista? *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan.-abr. 2008.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Mulher e Educação. Revista Educação e Realidade*. v.15, n.2, julho/dezembro, 1990.

TOLILA, P. (2010). ¿Qué es un indicador ? Problemática general, historia, usos y límites. *Consejo Nacional para la Cultura y las Artes de México (CONALCULTA)*. Seminario construcción de indicadores de desarrollo cultural comunitaria. Ciudad de México: CONALCULTA. 2010. [/ <http://issuu.com/flyoscar/docs/libro/>]. Acesso em: 27 mar. 2013.

UNESCO. *Gender-Sensitive Indicators for media*. Framework of Indicators to Gauge Gender Sensitivity in Media Operations and content, Paris: Unesco, 2012, 184 p.

_____. Título original: Media development indicators: a framework for assessing media development. Paris: UNESCO, 2008. Trad. UNESCO Brasil. *Indicadores de desenvolvimento da mídia: marco para a avaliação do desenvolvimento dos meios de comunicação*, 2008. Brasília: UNESCO.

_____. *Plan de acción para la equidad entre géneros*, 2008: [http://www.unhabitat.org/downloads/docs/7549_76082_GEAP_Spanish.pdf]. Acceso em: 15 oct. 2012.

VERD, J. M. y LÓPEZ, P. La eficiencia teórica y metodológica de los diseños multimétodo. *Empiria*, Revista de Metodología de Ciencias Sociales, v. 16, n. 2, p. 13-45, 2008. [<http://www.hugoperezidiart.com.ar/tallerdetesis-pdf/103-verd-lopez.pdf>]. Acceso em: 28 de março de 2013.

VIDAL-BENEYTO, J. (Org.). *Derechos Humanos y diversidad cultural: Globalización de las culturas y de los derechos Humanos*. Barcelona: Icaria, 2006, 566 p.